



POR UMA EDUCAÇÃO FÍSICA

ANTIRRACISTA

TODOS OS DIAS DO ANO

Reflexões e caminhos para
uma prática pedagógica
que combata o racismo
e acolha as diferenças



impulsiona

instituto
península

MÊS DA
CONSCIÊNCIA NEGRA



SUMÁRIO

Introdução	03
1.1 Conceito e tipos de racismo	04
1.2 Como o racismo se manifesta na escola	06
1.3 Educação Antirracista: passos importantes desta construção	09
1.4 Implementando uma Educação Antirracista na Educação Física	11
1.5 Indicações de como trabalhar a temática a partir da BNCC (habilidades e competências)	27
Bibliografia	31

Este conteúdo está relacionado à BNCC!

Educação Física:

Competências específicas da Educação Física Escolar para o Ensino Fundamental:

- ▶ Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos participantes.
- ▶ Interpretar e criar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
- ▶ Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.

A Educação Antirracista é uma temática transversal e pode ser desenvolvida a partir dos muitos conteúdos da Educação Física Escolar. A BNCC traz como recomendação o trabalho com as danças, lutas e jogos e brincadeiras de matrizes indígenas e africanas do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, mas cabe ressaltar que, para além destes conteúdos mais específicos, é importante que incentivemos os alunos, sejam do Fundamental, sejam do Ensino Médio, a refletirem sobre o racismo estrutural, suas origens e consequências, em articulação com outros conteúdos que trabalhem em nossas aulas.

INTRODUÇÃO



Você sabia que, segundo uma pesquisa recente do IPEC, a escola é apontada como o lugar onde os brasileiros mais relatam ter vivenciado racismo?

As manifestações de racismo no ambiente escolar são multifacetadas e permeiam diversas esferas. Elas são parte de uma mesma ideologia que se perpetua há quase 500 anos em nossa sociedade, que “sustenta a discriminação e a desigualdade entre as raças, com efeitos devastadores para aqueles que são considerados inferiores” (Munanga, 2004). Diversos dados de pesquisa, notícias e situações cotidianas confirmam que, apesar de ter sido abolida formalmente em 1888, as consequências e práticas de exclusão da escravidão persistem até hoje.

Por este motivo, a luta contra essa ideologia exige esforços em diversas frentes, sendo a Educação uma das mais importantes. É fundamental que todos nós, profissionais da área, compreendamos a origem histórica do racismo, bem como seus desdobramentos que seguem agindo com força atualmente, para que sejamos capazes de adotar uma postura antirracista na escola e na vida, a favor de uma sociedade justa e igualitária.

O propósito deste e-book é apoiar você num caminho de compreensão e reflexão acerca do racismo e de seus diversos desdobramentos, trazendo possibilidades de atividades, posicionamentos e práticas que contribuam para a adoção de uma Educação Antirracista em suas aulas de Educação Física.



1.1 CONCEITO E TIPOS DE RACISMO

Racismo é a discriminação ou preconceito baseado em diferenças raciais, geralmente resultando na inferiorização de determinados grupos étnicos em relação a outros. Ele se manifesta em diferentes níveis, sustentando práticas discriminatórias que, historicamente, afetam negativamente as pessoas consideradas racialmente inferiores, além de afetar as relações interpessoais, a organização das instituições e as oportunidades de acesso a direitos e recursos.

Em essência, o racismo envolve a ideia de que a raça de uma pessoa determina seu valor, capacidades e direitos. Mas existem algumas diferenciações conceituais importantes.

Veja alguns tipos de racismo:



Racismo Individual

Ações ou palavras discriminatórias de um indivíduo em relação a outros com base na raça.

Exemplos: Comentários racistas, piadas ofensivas.



Racismo Recreativo

Uso do humor em brincadeiras e piadas como forma de disfarçar a ofensa racial, reforçando estereótipos negativos sobre grupos raciais, especialmente sobre pessoas negras.

Exemplos: Histórias contadas sobre pessoas negras em forma de piada e em tom de cordialidade. Seja fazendo uma piada, ou rindo dela, esta é uma prática racista.



Racismo Institucional

Práticas e políticas dentro de instituições (como escolas ou empresas) que perpetuam desigualdades raciais.

Exemplos: Políticas de contratação que favorecem pessoas brancas, práticas de disciplina escolar desiguais.



Racismo Estrutural

Estruturas sociais e econômicas de uma sociedade que fortalecem injustiças raciais de forma ampla e sistêmica.

Exemplos: Desigualdades no acesso à educação, saúde e emprego.



Racismo Cultural

Promoção e valorização da cultura de uma raça em detrimento de outra.

Exemplos: Falta de diversidade e inclusão cultural em eventos e representações artísticas.



Racismo Ambiental

Condições ambientais que afetam e prejudicam desproporcionalmente certos grupos raciais.

Exemplos: comunidades negras frequentemente localizadas em áreas sem saneamento básico e falta de acesso a áreas verdes.



Racismo Interseccional

Discriminação que ocorre na interseção de raça com outras identidades, como gênero, classe, orientação sexual, etc., resultando em experiências únicas de opressão.

Exemplos: o racismo afeta de maneira específica as mulheres negras, sendo necessário compreender essas intersecções para enfrentar de maneira eficaz a discriminação racial e de gênero, como enfatiza Lélia Gonzalez, na obra Por um Feminismo Afro-Latino-Americano (Gonzalez, 2018).



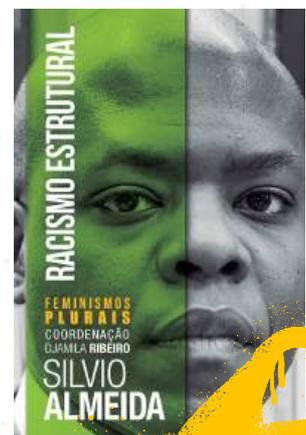
Racismo Histórico

Acontecimentos do passado que influenciam as condições atuais de desigualdade e discriminação.

Exemplos: no Brasil, o racismo tem raízes na colonização e na escravidão, que perduraram por mais de três séculos. A abolição da escravatura em 1888 não trouxe uma verdadeira integração dos ex-escravizados e seus descendentes à sociedade.

A compreensão deste último ponto é bastante importante, pois ele é um dos principais responsáveis pela perpetuação das estruturas sociais e econômicas que mantêm a desigualdade racial até hoje.

Silvio de Almeida, em sua obra Racismo Estrutural (Almeida, 2019), descreve o racismo estrutural como “a naturalização de uma série de práticas, discursos e normas que colocam as populações negras em situação de inferioridade econômica, social e política”. Almeida argumenta que o racismo não é apenas uma questão de preconceitos individuais, mas está embutido nas instituições e práticas sociais.



1.2 COMO O RACISMO SE MANIFESTA NA ESCOLA

A escola é um espaço de formação não só acadêmica, mas também social, onde os estudantes moldam sua identidade e percebem seu valor na sociedade. Quando ignoramos as manifestações de racismo no ambiente escolar, permitimos que atitudes e estruturas preconceituosas se perpetuem, afetando negativamente o desenvolvimento emocional e educacional dos alunos, especialmente os negros e indígenas.

O racismo estrutural está presente não só nas práticas pedagógicas, mas também nas relações interpessoais e nos currículos escolares, manifestando-se das seguintes formas:



Regras e disciplina

Pesquisas indicam que alunos negros podem ser mais severamente punidos por comportamentos semelhantes aos de alunos brancos, em uma aplicação desigual das regras e políticas escolares.



Processos de Avaliação

Um estudo identificou que alunos pretos e pardos, com desempenho igual ou melhor do que alunos brancos em uma avaliação estadual, receberam, em média, notas menores dos professores nas avaliações internas das escolas, sinalizando desigualdade no processo de avaliação desses alunos.



Bullying x Racismo

Xingamentos, piadas ofensivas e exclusão social são algumas situações de manifestação de racismo presentes nas escolas. Esses ataques não podem ser confundidos com bullying quando, por exemplo, referem-se a traços da negritude como nariz, boca ou cabelo.



Acesso a Recursos e Oportunidades

Estudo do Observatório da Branquitude aponta que escolas com mais alunos negros têm pior infraestrutura quando comparadas a áreas predominantemente brancas.



Corpo docente e direção

A pouca diversidade no corpo docente e direção pode passar a imagem negativa de que pessoas negras não podem ou devem ocupar lugares de protagonismo na educação.



Currículo Escolar

O currículo escolar brasileiro é um exemplo de como o racismo estrutural e institucional opera. Com a predominância de um enfoque eurocêntrico, o sistema educacional falha em representar a história e as contribuições de populações negras e indígenas, refletindo e perpetuando preconceitos. Essa exclusão afeta diretamente a construção da identidade e da autoestima de alunos que pertencem a esses grupos e reforça a eugenia na construção do pensar das diferenças sociais.



Currículo de Educação Física

Ao analisar currículos das universidades e, conseqüentemente, das escolas brasileiras, percebe-se predominância de práticas corporais europeias em relação às demais práticas ofertadas. Leis como a nº 10.639/03 e a nº 11.645/08 já estabelecem a obrigatoriedade de inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, mas o verdadeiro desafio é fazer com que essas legislações sejam aplicadas na prática, especialmente nas aulas de Educação Física, onde poucos professores tiveram, em sua formação, a capacitação necessária para realizar um trabalho significativo com estas temáticas.



1.3 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: PASSOS IMPORTANTES DESTA CONSTRUÇÃO

Uma Educação Antirracista é uma abordagem pedagógica que visa desconstruir o racismo e as desigualdades raciais ao longo de todo o processo educacional, promovendo a valorização da diversidade e a inclusão de histórias, saberes e culturas de povos tradicionalmente marginalizados. Em vez de ignorar ou tratar o racismo como um problema distante, essa educação busca reconhecer e combater as estruturas racistas que afetam tanto a sociedade quanto o ambiente escolar. Esta abordagem requer ações frequentes e permanentes, envolvendo, além de mudanças de práticas, uma compreensão do contexto histórico, do impacto da Lei nº 10.639 e da importância da luta dos movimentos negros nesta construção. A seguir, você encontra marcos históricos fundamentais deste processo.



A Lei nº 10.639: Avanço na Luta Antirracista no Brasil

Em 2003, a Lei nº 10.639 foi sancionada, obrigando o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio. Essa conquista é fruto de movimentos negros que, por décadas, reivindicaram o reconhecimento das contribuições africanas e afro-brasileiras no ambiente escolar.



O Movimento Negro Unificado (MNU) e a Valorização da Cultura Negra

Fundado em 1978, durante a ditadura militar, o MNU denunciou as injustiças enfrentadas pela população negra, incluindo a falta de reconhecimento cultural e histórico no sistema educacional. Com a redemocratização dos anos 1980, essas pressões começaram a gerar efeitos concretos.



Constituição de 1988: Reconhecimento das Diversas Culturas no Ensino da História

A Constituição de 1988, ou “Constituição Cidadã”, estabeleceu, no Artigo 242, que o ensino de História no Brasil deve considerar as contribuições das diversas culturas e etnias. Contudo, a ausência de orientações práticas limitava a inclusão dessas perspectivas no currículo educacional.



O Papel de Outros Militantes e Grupos na Consolidação da Lei nº 10.639

Além do MNU, outros ativistas e grupos foram essenciais na promoção da cultura negra nas escolas, como Maria Raimunda (Mundinha) Araújo, do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Desde os anos 1980, Mundinha e outros militantes realizaram oficinas e produziram materiais didáticos sobre a história e cultura afro-brasileira.



Cartilhas Educativas: Valorização de Figuras e Eventos da História Negra

Materiais educativos, como cartilhas, difundiram amplamente o conhecimento sobre figuras como Zumbi dos Palmares e eventos como a Revolta dos Malês. Essas publicações ofereciam uma alternativa à narrativa histórica tradicional, essencial para a identidade nacional.



A Pressão dos Movimentos Negros e a Revisão Curricular

Os movimentos negros continuaram pressionando o governo e o sistema educacional para uma revisão curricular que incluísse as perspectivas africana e afro-brasileira. Essa atuação culminou na sanção da Lei nº 10.639, ampliando as conquistas do Art. 242 e consolidando o ensino dessas culturas nas escolas.



O Surgimento da Lei nº 10.639/03 como Resultado de Luta

A Lei nº 10.639 é fruto de uma longa trajetória de movimentos negros em busca da descolonização dos currículos escolares e da promoção da igualdade racial. Hoje, essa conquista incentiva professores a integrar conteúdos que valorizam a cultura afro-brasileira, promovendo uma visão crítica sobre o racismo.



Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais

Em 2004, foram publicadas Diretrizes Curriculares que orientam as escolas na inclusão transversal dos temas étnico-raciais, promovendo o respeito e a valorização da diversidade cultural, fazendo da educação antirracista um pilar para a formação cidadã.



Inclusão Cultural na Educação Física e Outras Disciplinas

As Diretrizes reforçam que o ensino das relações étnico-raciais deve permear todas as áreas, incluindo a Educação Física, que pode utilizar práticas corporais, danças e ritmos para celebrar as contribuições africanas.



O Papel das Leis e Diretrizes na Construção de um Currículo Inclusivo

A Lei nº 10.639, junto às Diretrizes Curriculares, fornece instrumentos concretos para um currículo inclusivo e plural, que valoriza a multiplicidade de identidades brasileiras. Essas regulamentações convidam o sistema educacional a rever seu currículo para integrar conhecimentos de povos historicamente marginalizados.



Educação Física como Espaço de Valorização da Diversidade

Para os professores de Educação Física, as diretrizes representam uma oportunidade de transformar suas aulas em espaços de valorização da diversidade. Integrando o estudo da cultura afro-brasileira, o professor mostra que corpo e movimento são formas de expressão e de conhecimento da identidade cultural brasileira.



1.4 IMPLEMENTANDO UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

A lei nº 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares são parte de importantes conquistas dos movimentos negros. Para torná-las práticas diárias na escola, é essencial entender as intencionalidades previstas nesses documentos, identificando os critérios e abordagens que devemos adotar para, efetivamente, aplicarmos suas diretrizes, a favor de uma Educação Antirracista.

Problematize o Currículo

A descolonização do currículo é um passo essencial nesse processo, pois busca desconstruir narrativas eurocêntricas e incluir a pluralidade cultural que caracteriza o Brasil. Isso implica repensar os conteúdos e as metodologias de ensino, de forma a valorizar outros saberes para além dos oriundos da cultura europeia.

É importante lembrarmos que a história da própria escola no Brasil está intimamente ligada ao processo de colonização e à imposição de um modelo educativo eurocêntrico que predominou por séculos. Desde a chegada dos portugueses em 1500, o sistema educacional foi moldado de acordo com as necessidades da metrópole, desconsiderando a diversidade cultural e os saberes das populações indígenas e africanas.

As primeiras instituições de ensino, como as escolas jesuítas, priorizavam o ensino da língua portuguesa, da religião católica e dos valores europeus, marginalizando outras culturas e conhecimentos. Com a independência em 1822 e a construção da identidade nacional, o currículo continuou a ser influenciado por uma perspectiva eurocêntrica, o que perpetuou a exclusão das vozes e histórias dos grupos historicamente oprimidos. Essa configuração se reflete até hoje em muitos currículos escolares, que ainda falham em considerar a riqueza cultural e histórica das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira.

Incluir a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo não apenas cumpre uma função educativa, mas também combate o racismo em todas as suas formas. Transformar o currículo exige enfrentar o racismo estrutural e institucional, repensando práticas e conteúdos pedagógicos.

Esse processo convida a todos nós, profissionais da Educação, a revermos metodologias e a implementarmos uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade brasileira, desconstruindo estereótipos e valorizando as diferenças, o que contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes das desigualdades raciais.

Neste sentido, é importante analisarmos o currículo no qual nos baseamos para planejar. Algumas perguntas que podem guiar esta reflexão são:

- ▶ Estabeleci objetivos que abordem a valorização das culturas e contribuições afro-brasileiras?
- ▶ Equilibrei a oferta de práticas corporais de origem europeia com a oferta de práticas corporais de origem africana e afro-brasileira?
- ▶ Selecionei temas que me permitem apresentar o contexto histórico e cultural das práticas físicas, como é o caso dos jogos e brincadeiras de matrizes africanas?
- ▶ Como posso contextualizar cada atividade com informações históricas sobre a origem e o significado das práticas físicas, reforçando o quanto refletem a identidade e a resistência cultural dos povos que as criaram?
- ▶ Em quais momentos posso promover debates e reflexões individuais sobre o significado cultural e social das práticas, abordando temas como identidade, resistência e luta contra o preconceito?

Contextualize a Prática

Um erro comum é abordar atividades de matriz africana e limitar-se a incluir novos jogos e brincadeiras sem considerar o contexto cultural e os significados amplos dessas práticas. Embora a inclusão de atividades de origem africana seja importante, é fundamental que ela seja acompanhada de uma abordagem crítica e contextualizada.

Trabalhar esses conceitos exige ir além da superficialidade, do que costumamos chamar de trabalhar a prática pela prática. Jogos e brincadeiras de matrizes africanas devem ser integrados como elementos que oferecem ao aluno uma visão mais ampla sobre a riqueza da cultura africana e suas contribuições para o Brasil, e não apenas como uma maneira de “diversificar” o currículo.

Ao trazer essas práticas para a aula, é essencial contextualizá-las, explicando suas origens, significados e valores. Isso não apenas ajuda a desmistificar estereótipos, mas também proporciona aos alunos uma compreensão completa e profunda sobre as práticas culturais africanas e afro-brasileiras.

Como, então, trabalhar o conceito de cultura africana e suas contribuições para o Brasil?

1º) Compreenda o conceito de cultura

A cultura é um conceito multifacetado que envolve todos os aspectos da vida humana. Ela pode ser entendida como o conjunto de conhecimentos, crenças, valores, comportamentos e símbolos que um grupo social compartilha. Isso significa que a cultura não é fixa; ao contrário, está sempre em transformação, influenciada pelas interações entre as pessoas e pelas mudanças ao longo do tempo.

Pensar na Educação como uma ferramenta de mudança significa reconhecer as culturas e vozes que, por muito tempo, foram ignoradas. A educadora Angela Davis (Davis, 2016) nos ensina que a cultura não é só um reflexo da sociedade, mas também um espaço onde as lutas e questões sociais ganham visibilidade. Incluir as culturas indígenas e negras na Educação não se resume a ensinar conteúdos novos; é criar um ambiente de respeito e empatia, onde os alunos aprendem a valorizar e respeitar diferentes pontos de vista.

De acordo com Davis, a cultura desempenha um papel fundamental na formação das identidades e na luta contra a opressão. Ao trazer para a sala de aula a riqueza das tradições, histórias e experiências dos povos indígenas e das comunidades negras, oferecemos aos alunos a oportunidade de se conectarem com uma narrativa mais ampla e inclusiva da humanidade. Essa abordagem não apenas amplia o conhecimento, mas também promove uma educação que valoriza a diversidade e a representatividade.

2º) Promova, em suas aulas, o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural

A diversidade cultural é uma característica importante da humanidade, e é fundamental entendermos as particularidades de cada cultura, especialmente as heranças africanas e indígenas no Brasil. Embora as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas tenham origens e histórias de resistência em comum, cada uma tem suas próprias tradições e formas de expressão. Reconhecer e valorizar essas diferenças é essencial para respeitar as identidades culturais e incentivar um diálogo que celebre a rica história dos povos que ajudaram a construir o Brasil.

Culturas Africanas

Referem-se ao vasto conjunto de tradições, práticas, sistemas de crenças, linguagens, artes e valores presentes nos países do continente africano. Cada região possui expressões culturais próprias, moldadas por fatores históricos, sociais e geográficos, refletindo uma profunda conexão com a natureza, a espiritualidade e a comunidade. Exemplo disso são as tradições iorubás e os rituais dos povos bantu, que demonstram a riqueza da oralidade, dança, música e saberes ancestrais presentes em muitas culturas africanas. Três exemplos de expressões culturais africanas incluem:

Banana Verde: Brincadeira tradicional de Angola, que começa com os participantes tirando a sorte por meio de “cara ou coroa” ou de outra maneira similar. Quem perder, com os olhos fechados, deve gritar “banana” repetidamente enquanto os outros se escondem e respondem “verde”, até que todos estejam escondidos. A brincadeira segue com o participante tentando encontrar os colegas, mantendo a tradição da brincadeira popular.

Dança Xitchuketa ou Marrabenta: Esta é uma dança típica da província de Maputo, em Moçambique, caracterizada como uma competição entre aldeias e praticada especialmente por adolescentes. É comum, as meninas usarem capulanas e dançarem ao som de instrumentos tradicionais como batuques, timbilas e outros, promovendo a cultura e os laços comunitários entre os participantes.

Jogo de Ringui: Este jogo de Cabo Verde consiste em formar dois times que jogam uma argola chamada “ringui” de um time ao outro. O jogo exige destreza e agilidade, pois os jogadores devem capturar o ringui no ar para evitar a eliminação. Este jogo tradicional reforça a conexão cultural e a interação entre os participantes.



Culturas Indígenas

Abrangem as tradições, costumes, línguas e saberes dos povos originários do Brasil e de outras regiões, caracterizados por uma grande diversidade cultural e linguística. Hoje, o Brasil abriga mais de 300 etnias indígenas que preservam suas próprias línguas e tradições. Os povos indígenas possuem uma conexão profunda com a terra e a natureza, expressa nas práticas de caça, pesca, agricultura e rituais, além das danças, músicas e artesanato. Cada povo indígena possui particularidades que contribuem significativamente para a história e cultura brasileiras. Três exemplos de expressões culturais indígenas incluem:

Ukingue Hamitsutu: Originário do povo Kalapalo, essa brincadeira de resistência consiste em cada jogador correr sem respirar, enquanto emite um som contínuo. Essa atividade, praticada apenas por homens, reflete a importância da resistência e da concentração, características valorizadas nas práticas culturais dos Kalapalo.

Patyu Mywka'ay (Derruba Toco): Conhecida como a luta do Maracá entre os Pataxó e Tupinambá, essa prática envolve um círculo onde os lutadores tentam derrubar um objeto ao centro usando a força de seus oponentes. A luta celebra a força e a resiliência cultural, ao mesmo tempo em que reforça a conexão com suas tradições ancestrais.

Rõnkran: Jogo coletivo do povo Kayapó, realizado em um campo de tamanho similar a um campo de futebol, onde os participantes utilizam bastões para rebater uma bola feita de coco de babaçu. Esta prática não apenas promove a atividade física, mas também reforça o senso de coletividade e respeito pelas tradições do povo Kayapó.



Cultura Afro-Brasileira

A cultura afro-brasileira representa uma fusão das tradições africanas com influências indígenas e europeias, criando uma identidade única que se expressa em diversas áreas, como na música, culinária, religião e nas manifestações artísticas. Marcada pela resistência e luta contra a opressão do período escravocrata, a cultura afro-brasileira celebra a herança africana enquanto se adapta e evolui no contexto brasileiro. Três exemplos de práticas culturais afro-brasileiras incluem:

Capoeira: A capoeira é uma das mais expressivas manifestações culturais do Brasil, reconhecida mundialmente como uma forma de arte marcial que mistura dança, música e acrobacias. Sua origem remonta ao período colonial brasileiro, mais especificamente ao século XVI, quando os africanos escravizados trouxeram para o Brasil não apenas suas tradições, mas também suas formas de luta e expressão cultural. Acredita-se que as raízes da capoeira podem ser encontradas em várias culturas africanas. Entre os grupos que influenciaram sua formação estão os bantu, os nagôs e os jeje. Essas culturas possuíam danças e práticas de luta que enfatizavam a agilidade, a energia e a musicalidade. Na condição de escravizados no Brasil, os africanos foram obrigados a adaptar suas tradições em um novo contexto, resultando na criação de uma forma de luta que, disfarçada de dança, poderia ser praticada sem o medo de repressão.



Durante o período colonial, a capoeira se desenvolveu principalmente entre os escravizados nas plantações de açúcar e nas grandes cidades, como Salvador e Rio de Janeiro. Para os escravizados, a capoeira não era apenas uma forma de luta física, mas também um meio de resistência à opressão. Os capoeiristas se reuniam em grupos para praticar, e essa prática se tornava uma forma de solidariedade e resistência em um contexto adverso. Com o tempo, a capoeira começou a incorporar elementos da cultura brasileira, como a música dos instrumentos de percussão, sendo notável a utilização do berimbau, que se tornou um dos principais símbolos da capoeira. As canções que acompanhavam a prática também refletiam a realidade e os anseios da população afro-brasileira, abordando temas como a liberdade e a luta contra a opressão

No final do século XIX, a capoeira começou a ser criminalizada. As autoridades enxergaram-na como uma prática associada à criminalidade e à marginalidade. A perseguição aos capoeiristas levou muitos a se esconderem, e as rodas de capoeira foram forçadas a se tornarem clandestinas. Este período de repressão, no entanto, não extinguiu a prática, mas a tornou ainda mais resiliente e símbolo de resistência. Em 1930, a capoeira foi regulamentada, e diversos mestres passaram a sistematizar o ensino da arte, fundando academias e promoções nacionais. Este movimento partiu de figuras como Mestre Bimba e Mestre Pastinha, que foram fundamentais para o reconhecimento e a valorização da capoeira como uma arte genuína. Hoje, a capoeira é reconhecida e praticada mundialmente, e é considerada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO.

Maracatu: O maracatu é uma manifestação cultural que tem suas raízes em Pernambuco, especialmente nas cidades de Recife e Olinda. Trata-se de uma forma de desfile folclórico que combina música, dança e teatro, e é frequentemente associada ao Carnaval. O maracatu é dividido em dois tipos principais: o maracatu de baque virado, que é tocado por uma banda e é mais ligado à tradição, e o maracatu de baque solto, que é mais improvisado e interativo.

A tradição do maracatu é fortemente ligada ao “maracatu de baque virado”, que tem suas origens nos cortes reais das coroações dos reis e rainhas do Congo, uma referência às culturas africanas que foram trazidas ao Brasil por meio do tráfico de escravos. Esses cortejos eram acompanhados por músicas, danças e tambores, criando um ambiente vibrante e festivo. Com o passar do tempo,

o maracatu foi se transformando e incorporando elementos da cultura local.

Hoje, o maracatu é reconhecido como uma importante manifestação cultural do Brasil, celebrando a diversidade e a influência africana na identidade nacional. Ele é uma forma de perpetuar a história e as tradições, além de ser um espaço de valorização e reconhecimento da cultura dos povos afro-brasileiros.

Jongo: O jongo é uma expressão cultural e musical de origem afro-brasileira, que se desenvolveu nas regiões sudeste e sul do Brasil, especialmente em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Suas raízes remontam às tradições africanas trazidas pelos negros africanos escravizados que despertaram da resistência cultural e da busca por identidade no contexto da opressão. Ele é considerado uma das manifestações mais autênticas da cultura afro-brasileira e combina música, dança e poesia em um formato de celebração comunitária. Tradicionalmente, o jongo era praticado em comunidades de quilombos.

A música do jongo é marcada por instrumentos de percussão, como o tambor, e pode incluir também o uso de vozes cantando em conjunto. As letras das músicas fazem referência a temas da vida cotidiana, amor, resistência e questões sociais, sendo uma potente forma de expressão. Outra característica importante do jongo é a sua dança, que é cheia de movimentos fluidos e ritmados, muitas vezes acompanhados por passos que imitam a batalha, simbolizando a luta e a resistência.

Em 2005, o jongo foi oficialmente reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, evidenciando sua importância para a identidade cultural do país e a preservação das tradições afro-brasileiras.

Desconstrua estereótipos e fortaleça a identidade afro-brasileira

Muitos alunos crescem com uma visão estereotipada da África, que é frequentemente retratada como um continente atrasado, pobre e primitivo. Abordar o conceito de Africanidades é um caminho para mostrar que a África é culturalmente rica e diversa e com uma grande variedade de tradições.

A abordagem das Africanidades também pode ser uma forma de empoderar alunos negros, permitindo que eles se identifiquem e valorizem suas próprias raízes culturais. Isso contribui para o fortalecimento da identidade afro-brasileira, mostrando aos alunos que a cultura africana tem um papel fundamental na sociedade brasileira e na formação de sua história.

O conceito de Africanidades se refere ao conjunto de valores, tradições, crenças e práticas que expressam a diversidade de identidades do continente africano e seus descendentes. Esse conceito rompe com a visão simplificada da África como um bloco homogêneo, destacando a riqueza cultural e social de diferentes povos africanos e de afrodescendentes no Brasil. Além disso, ressalta que a identidade desses povos é dinâmica, adaptando-se e evoluindo em novos contextos.

Para a escritora Conceição Evaristo, Africanidade abrange não apenas as tradições africanas preservadas, mas também as adaptações e transformações ocorridas ao longo do tempo. Ao serem trazidos ao Brasil como escravizados, africanos mesclaram suas práticas culturais — como a música, dança e culinária — com influências europeias e indígenas, formando uma identidade afro-brasileira única. Essa herança africana, portanto, permanece viva e essencial para a construção da identidade negra no Brasil.

Abdias do Nascimento, intelectual e ativista, defende que valorizar a Africanidade é fundamental para o resgate e afirmação da cultura africana, enfrentando o racismo estrutural. Para ele, a Africanidade não se resume às tradições culturais, mas é também uma forma de resistência e empoderamento coletivo, destacando o direito das pessoas negras de serem respeitadas em sua identidade e herança cultural, profundamente enraizada na formação do Brasil.

Assim, o conceito de Africanidades, especialmente aplicado na Educação Física, vai além de listar atividades de matriz africana; ele exige uma abordagem crítica e contextualizada. Incentivar a compreensão da África como um continente diverso, com inúmeras etnias e tradições, ajuda os alunos a valorizarem suas contribuições à sociedade brasileira, desafiando visões estereotipadas e promovendo uma educação que celebra e respeita essa complexidade cultural.

Como abordar Africanidades?

- ▶ Introduza jogos, danças e atividades físicas que tenham raízes na cultura africana e afro-brasileira. Contudo, é fundamental que essas práticas não sejam apresentadas apenas como “mais uma atividade”. É necessário contextualizar cada uma, explicando suas origens, significados e valores culturais associados, para que os alunos compreendam a profundidade de sua relevância.
- ▶ Demonstre que a África é composta por diversas culturas, e mostre como elas influenciaram diretamente o Brasil. A capoeira, o samba e outras manifestações afro-brasileiras têm raízes africanas, mas foram moldadas pela experiência dos escravizados no Brasil. Essa compreensão permite que os alunos reconheçam essas práticas como expressões culturais, resultado de uma interação entre passado e presente.
- ▶ Aprofunde os valores que acompanham as práticas de matriz africana. Muitos povos africanos valorizam o trabalho coletivo e a cooperação, algo que pode ser explorado em atividades de grupo. Dessa forma, ao ensinar novas práticas, também podemos apresentar os valores culturais e éticos que sustentam os costumes desses povos.



Raízes Históricas do Estereótipo Africano

A visão estereotipada do continente Africano tem origem no período colonial, especialmente na Conferência de Berlim (1884-1885), quando as potências europeias dividiram o continente em zonas de influência, ignorando fronteiras culturais, linguísticas e étnicas locais. Essa divisão servia aos interesses econômicos e estratégicos dos colonizadores, resultando em um impacto duradouro na forma como o continente passou a ser visto, tanto por africanos quanto pelo resto do mundo. Esse processo colonial não apenas ocupou territórios, mas também impôs uma desvalorização cultural, fundamentando uma narrativa de inferioridade africana.

A Narrativa Eurocêntrica e os Estereótipos Culturais

Para justificar a exploração, os europeus promoveram a visão de que a África era um continente “selvagem”, habitado por povos “primitivos” e “bárbaros” que precisavam ser “civilizados”. Essa narrativa eurocêntrica buscava sustentar a superioridade cultural europeia, deslegitimando as tradições africanas como sem valor ou relevância. Com o tempo, mídia, cinema e até o sistema educacional passaram a reforçar esses estereótipos, apresentando a África como um continente homogêneo, caracterizado exclusivamente por conflitos, pobreza e doenças, ignorando suas contribuições culturais, científicas e históricas.

O Papel do Currículo Escolar e o Reforço dos Estereótipos

No currículo escolar brasileiro, a história africana é frequentemente tratada de maneira limitada, focando em temas como escravidão e tráfico negreiro, o que associa o continente a uma narrativa de atraso e servidão. A diversidade cultural, étnica e linguística africana é geralmente ignorada, criando uma percepção uniforme e limitada. Ao abordar apenas temas como fome e guerras civis, a educação reforça a imagem de uma África carente, deixando de destacar os avanços e conquistas em áreas como economia, tecnologia e direitos civis.

Avanços na Educação e a Importância da Inclusão de Africanidades

A Lei nº 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, representa um avanço, mas sua implementação enfrenta desafios de superficialidade. É fundamental que o currículo aborde a África em toda sua complexidade, como um continente com mais de mil grupos étnicos e cerca de duas mil línguas, rico em civilizações antigas e contribuições científicas. Uma abordagem contextualizada e antirracista é essencial para desconstruir estereótipos e educar alunos que valorizem a diversidade cultural, promovendo uma visão completa e respeitosa sobre o continente africano.

Inclua a representatividade negra em suas aulas

O conceito de representatividade negra refere-se à presença e visibilidade de pessoas negras em diferentes espaços sociais, culturais, políticos e econômicos, de forma que representem, com autenticidade e diversidade, as vivências e histórias da população negra. Essa representatividade vai além da simples inclusão; busca promover uma visão positiva e variada das identidades negras, rompendo com estereótipos e fortalecendo a autoestima e a percepção de pertencimento da comunidade negra.

No contexto midiático, por exemplo, a representatividade negra implica a presença de personagens e narrativas que retratem a complexidade das experiências negras de forma respeitosa e realista. Em espaços de poder e decisão, ela visa garantir que pessoas negras possam influenciar políticas e práticas que impactam suas comunidades. Na Educação, o conceito busca valorizar a história, cultura e as contribuições negras no currículo, reforçando uma visão mais completa e justa da sociedade.

No caso específico da Educação Física, você pode compartilhar a história de atletas negros que enfrentaram discriminação e superaram desafios, como forma de incentivar os alunos a reforçarem a luta antirracista. Ao valorizar essas contribuições, você oferece uma perspectiva mais completa e realista da história, além de ajudar os estudantes a se reconhecerem de forma positiva, desafiando estereótipos e preconceitos que muitas vezes são reforçados na sociedade.

Quando os alunos negros têm acesso a narrativas que valorizam suas origens e experiências, podem desenvolver uma autoimagem mais saudável e confiante, o que é crucial para que ocupem lugares de destaque e poder na sociedade, algo urgente quando desejamos a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

[Clicando aqui](#), você encontra uma matéria produzida em 2020, com as histórias de alguns dos atletas negros que marcaram a luta antirracista. Vale a pena conferir.

Crie contextos para desenvolver posturas empáticas e inclusivas

Abrir espaços de conversa sobre racismo no esporte é essencial para promover um ambiente escolar inclusivo e consciente, além de ajudar a combater preconceitos que afetam profundamente a vida e a trajetória dos alunos. Quando discutimos o racismo no esporte, incentivamos os estudantes a reconhecer e questionar atitudes discriminatórias, acesso desigual a oportunidades e preconceitos que afetam pessoas negras, fortalecendo uma postura crítica e comprometida com a justiça social. Essas conversas ajudam os alunos a entenderem que o racismo é uma questão estrutural que pode aparecer em diferentes contextos, incluindo o esporte, onde muitos se identificam e encontram modelos inspiradores.

Além disso, ao discutir o tema com todos os alunos, possibilitamos o desenvolvimento da empatia e da consciência coletiva, mostrando que o combate ao racismo é uma responsabilidade de todos. Essas conversas ajudam a construir um ambiente esportivo mais justo, onde o talento e o esforço sejam reconhecidos sem discriminação. Trabalhar o tema do racismo no esporte prepara os alunos para enfrentarem a realidade fora da escola com mais conhecimento e consciência, promovendo atitudes de respeito e igualdade tanto no esporte quanto em outros aspectos de suas vidas.

Você também pode trabalhar a ideia do combate ao racismo como uma responsabilidade de todos a partir de Ubuntu, um conceito que tem sua origem nas tradições filosóficas de vários povos africanos, especialmente no sul da África. A palavra provém das línguas Zulu e Xhosa e expressa uma filosofia de vida centrada na coletividade, na solidariedade e na interconexão entre todos os seres humanos. Ubuntu pode ser traduzido como “Eu sou porque nós somos”, refletindo a ideia de que a identidade de cada indivíduo está profundamente ligada à comunidade em que ele vive.



Ubuntu

O filósofo e arcebispo sul-africano Desmond Tutu, em obras como *No Future Without Forgiveness*, argumenta que o Ubuntu ensina a importância da empatia e do respeito. Essa filosofia contrasta diretamente com a individualidade e rivalidade incentivadas em nossa sociedade, onde o sucesso individual é, muitas vezes, colocado acima do bem-estar coletivo. Na prática, o Ubuntu se manifesta em atitudes de colaboração, ajuda mútua e reconhecimento do outro como um igual.

Quando o conceito de Ubuntu é trazido para o ambiente escolar, ele ajuda os alunos a perceberem que a discriminação e o preconceito afetam não apenas o indivíduo alvo dessas atitudes, mas também a coesão e o bem-estar de todo o grupo.

A filosofia do Ubuntu ensina que todos estão interconectados, e que ao excluir ou discriminar alguém, enfraquecemos o grupo como um todo. Isso deve ser ensinado: o bem-estar de cada pessoa é essencial para o bem-estar coletivo, e assim resultar no desenvolvimento de um senso de responsabilidade dos alunos para com a turma e a escola.

Aplicar o conceito de Ubuntu no ambiente escolar e nas aulas de Educação Física envolve a criação de um espaço onde todos os alunos são incentivados a reconhecer a importância das suas relações e a responsabilidade que têm uns com os outros. Ubuntu, que ensina que “eu sou porque nós somos”, quer incentivar a construção de uma visão coletiva, valorizando o bem-estar de todos e não apenas de si mesmo.

Como o Ubuntu pode ser aplicado na escola e nas aulas de Educação Física

- ▶ Incorporar o Ubuntu significa incentivar os alunos a verem o ambiente escolar como um espaço onde todos são responsáveis pelo bem-estar uns dos outros. Atividades que promovam a colaboração e o trabalho em equipe permitem que os alunos percebam que o sucesso coletivo depende da participação e da contribuição de todos, reforçando a mentalidade de “eu faço parte deste grupo e contribuo para ele”.
- ▶ O professor pode criar situações em que os alunos vivenciam diferentes papéis e perspectivas, entendendo melhor o impacto das atitudes de exclusão e preconceito no ambiente escolar. Essas atividades ajudam a construir empatia, permitindo que os alunos compreendam como o preconceito prejudica tanto o indivíduo alvo quanto o clima e a harmonia da turma.

Desenvolva senso de urgência diante de situações de racismo

Abrimos este e-book com um dado preocupante de que uma pesquisa recente do IPEC indicou que a escola é o lugar onde os brasileiros mais afirmam ter sofrido racismo. Isso nos coloca a importância de entendermos toda e qualquer situação de racismo que ocorra na escola como um chamado urgente para que, enquanto professores, possamos intervir educativamente.

Sim, é preciso parar a aula. Sim, é preciso deixar o conteúdo de lado. Sim, é preciso nos posicionarmos.

Quando percebemos um aluno com comportamento ou atitude racista, é essencial que atuemos com prontidão e sensibilidade para transformar a situação em um aprendizado significativo e em uma oportunidade de reforçar o respeito e a empatia na sala de aula. Algumas ações importantes que podemos tomar incluem:

Intervenção imediata e direta: Assim que percebemos o comportamento, devemos intervir de forma calma e firme, interrompendo a atitude e explicando que aquele comportamento não é aceitável. Sem expor ou constranger o aluno em excesso, é fundamental que a ação deixe evidente que o racismo não será tolerado.

Compreensão do contexto e diálogo: Podemos propor uma conversa buscando entender o que levou o aluno a agir de maneira racista, esclarecendo as razões pelas quais essa atitude é prejudicial e inaceitável. Nesse momento, podemos promover uma reflexão sobre os impactos do racismo, ajudando o aluno a reconhecer como suas palavras ou ações podem ferir os colegas.

Desenvolvimento de empatia e respeito: A partir dessa situação, podemos propor dinâmicas que incentivem o respeito às diferenças e o desenvolvimento da empatia. Trabalhar em grupo, realizar rodas de conversa, refletir sobre valores e fazer dinâmicas de inclusão ajudam os alunos a entenderem a importância de uma convivência harmoniosa e respeitosa.

Além disso, é importante trabalharmos, especificamente e de forma adaptada à faixa etária, a compreensão sócio-histórica do racismo e seus desdobramentos atualmente.

Diálogo com as famílias e coordenação: É fundamental que comuniquemos a situação à equipe pedagógica e, se necessário, envolvamos a família do aluno, buscando um diálogo construtivo que promova o entendimento e o engajamento de todos. Esse processo deve enfatizar a importância de valores antirracistas e de uma postura de respeito dentro e fora da escola.

1.5 INDICAÇÕES DE COMO TRABALHAR A TEMÁTICA A PARTIR DA BNCC (HABILIDADES E COMPETÊNCIAS)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de abordar conteúdos de jogos, brincadeiras, danças e lutas de matrizes africanas e indígenas, especialmente do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Esses conteúdos são fundamentais para que os alunos possam se conectar de maneira significativa com as diversas expressões culturais do Brasil, enquanto respeitam e valorizam essas tradições.

Unidades Temáticas	Objetos de Conhecimento	
	1º e 2º anos	3º ao 5º ano
Brincadeiras e jogos	Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional	Brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo Brincadeiras e jogos de matriz indígena e africana
Esportes	Esportes de marca Esportes de precisão	Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão
Ginásticas	Ginástica geral	Ginástica geral
Danças	Danças do contexto comunitário e regional	Danças do Brasil e do mundo Danças de matriz indígena e africana
Lutas		Lutas do contexto comunitário e regional Lutas de matriz indígena e africana
Práticas corporais de aventura		



Para que o trabalho com essas temáticas seja eficaz e alinhado com as diretrizes da BNCC, o professor precisa se atentar às habilidades e competências que podem ser desenvolvidas ao abordar as culturas afro-brasileira e indígena. O documento sugere que os professores trabalhem com as seguintes habilidades e competências:

- ▶ Experimentar;
- ▶ Fruir (desfrutar prazerosamente);
- ▶ Planejar e utilizar estratégias para garantir a participação segura para todos os alunos;
- ▶ Descrever as atividades, explicando suas características e a importância deste patrimônio histórico-cultural na preservação das diferentes culturas;
- ▶ Recriar, individual ou coletivamente as atividades;
- ▶ Identificar situações de injustiça e preconceito, geradas e/ou presentes no contexto das danças e outras atividades e discutir alternativas para superá-las.

Essas habilidades indicadas na BNCC são uma base para o planejamento pedagógico de aulas que integrem de forma significativa as culturas de matrizes africanas e indígenas. Ao desenvolver essas competências, o professor de Educação Física não apenas diversifica as atividades, mas também possibilita uma experiência de aprendizado mais completa, em que os alunos experimentam, desfrutam, descrevem e recriam as práticas, além de refletirem sobre os valores culturais e as questões sociais.



Embora a BNCC do ensino médio não inclua recomendações específicas sobre esses conteúdos, ela ressalta a importância de abordar temas que estão em consonância com as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e indica Competências a serem desenvolvidas para este fim:

A primeira competência é compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais. Esse entendimento é crucial para que o aluno possa reconhecer a importância de valores como democracia, igualdade e direitos humanos, sendo encorajado a atuar socialmente com base nesses princípios.

Outra competência destacada é compreender os múltiplos aspectos que envolvem a produção de sentidos nas práticas sociais da cultura corporal de movimento. A BNCC incentiva que os alunos reconheçam essas práticas como formas de expressão cultural e identitária, promovendo uma visão crítica e inclusiva. No contexto das aulas de Educação Física, essa competência permite que o professor use o movimento corporal como ferramenta para explorar e valorizar a diversidade cultural, criando um ambiente que promove a inclusão e o respeito.

Ao aplicar essas diretrizes e competências, o professor de Educação Física, no Ensino Médio, contribui para o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla dos processos identitários e culturais. As atividades físicas, então, transcendem o simples movimento e se tornam oportunidades para o reconhecimento e a valorização de diferentes formas de expressão cultural, possibilitando que o aluno compreenda a importância de uma sociedade mais justa e plural.



Este e-book chegou ao fim, mas o combate ao racismo precisa ser diário...

Professor, neste e-book, você pôde compreender quão fundamental é a Educação Antirracista para formar cidadãos críticos e conscientes, que compreendam o impacto do racismo estrutural e se posicionem contra ele.

Você também entendeu que esta abordagem educativa não se limita a conteúdos específicos, mas permeia a maneira como os conteúdos são abordados, quem os ensina e como o conhecimento é aplicado na prática escolar.

Será muito bom contarmos contigo na implementação de algumas – ou de todas – das sugestões de atividades e práticas que te apresentamos aqui. A ação de cada um de nós importa e é urgente se queremos combater o racismo e construir uma sociedade mais igualitária, justa e inclusiva. Vamos juntos nesta jornada.

Ubuntu – eu sou porque nós somos!

Bom trabalho!



BIBLIOGRAFIA

Almeida, S. Racismo Estrutural. São Paulo: Polên, 2019.

Bourdieu, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 11.645 de 10 de Março de 2008. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. p. 1.

Carneiro, S. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
Carine, B. Como ser um educador antirracista. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2023.

Davis, A. Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement. Chicago: Haymarket Books, 2016.

Davis, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Davis, Angela. Women, Race & Class. New York: Random House, 1981.

Evaristo, C. A escrituragem e seus subtextos. Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, v. 1, p. 26-46, 2020.

Fanelli, G. C. R. A Lei 11.645/08: história e mudança curricular. Guarulhos, set. 2018.
Feres Júnior, J., & Zoninsein, J. Ações Afirmativas no Ensino Superior: Experiências Brasileiras. Brasília: Ipea, 2008.

Gonzalez, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. São Paulo: Zahar, 2018.
Gomes, N. L. Educação, Identidade Negra e Formação de Professores: A Pesquisa sobre Práticas Pedagógicas de Professores Negros no Brasil. São Paulo: Summus, 2012.

Helen P., Soares, L., Danae, M. Catálogo de Jogos e Brincadeiras Africanas. São Paulo: Aziza editora, 2022.

Instituto Unibanco. Equidade – desigualdade racial precisa ser enfrentada também dentro da escola. APRENDIZAGEM EM FOCO – Nº 28 – jun.2017.

Ki-Zerbo, J. História Geral da África – Vol. I – Metodologia e pré-história da África. Vol. 1. Brasília: Unesco, 2010.

Munanga, K. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

Nascimento, A. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

Pereira, A. A. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil. Cadernos de História, v. 12, n. 17, p. 25-45, 2011.

CRÉDITOS

Instituto Península

Heloísa Morel, *Diretora Executiva*

Daniela Kimi, *Diretora de Esporte e Pesquisa*

Equipe Impulsiona

Eduardo Butter

Letícia Fernandes

Monique Garcia

Rita Galdino

Silvia Breim

Sirlene Lopes

Consultora

Ellen Moraes Scherrer

Professoras Conteudistas

Juliana Peres

Luiza Moreira

Diagramação

Marina Castilho



 **impulsiona**

instituto
peninsula